



## DISCUTINDO A INCLUSÃO DE DISCENTES SURDOS NA ESCOLA

Márcia de Oliveira Sales<sup>1</sup>  
Lucas Santos Campos<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

Existem dispositivos legais, como a Lei 10.098/94 e o Dec. 5626/2005 que garantem aos surdos o uso da sua Língua Materna, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio de comunicação, inclusive em sala de aula, mas, na prática, essas leis estão sendo cumpridas? Se não, quais são os entraves para isso?

A fim de desenvolver essas reflexões, nos apropriamos da concepção de leitura e escrita como prática social, a partir de Freire (2011), Kleiman (2008) e Candido (1995); da concepção de letramento de Street (2010), aliadas às concepções de educação de surdos de Sacks (2010) e Sá (2006). É, pois, com base nesse referencial teórico que apresentamos este trabalho, que tem como objetivo discutir a inclusão de estudantes surdos na sala de aula.

### REFERENCIAL TEÓRICO

Os estudos sobre letramento se iniciam no Brasil por volta da década de 80 do Séc. XX e logo se percebe uma relação estreita do conceito de letramento com o de alfabetização. O conceito de letramento se define nesse momento, segundo Magda Soares (2010), como designação das

---

1 Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade de Estado da Bahia. Coordenadora pedagógica na Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Atualmente é Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagem, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Endereço eletrônico: marcinhaosales@gmail.com

2 Orientador. Professor do Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Vitória da Conquista. Endereço eletrônico: lusanpos@gmail.com



habilidades de leitura e escrita de crianças, jovens ou adultos, em práticas sociais que envolvem a língua escrita, presente nas práticas escolares, , nos parâmetros curriculares, nos programas e nos exames nacionais” (SOARES, 2010, p.57).

Esse conceito nos leva a uma associação das práticas de letramento nas escolas, deixando de fora todos os outros contextos em que a escrita é aprendida e utilizada de forma não sistematizada. Significa também que, todas as pessoas que, por diversos motivos não passem pelos bancos da escola ou não sejam bem-sucedidas em seu processo de alfabetização, sejam classificadas como “não-letradas”. Para Street (1986), essa forma de ver letramento é hierarquizante, pois classifica os indivíduos. Trata-se, portanto, de uma atitude excludente.

De acordo com Kleiman (2008) e Street (2010), a leitura e a escrita são práticas sociais, e, como tais, devem ser consideradas e devem estar inseridas em cada contexto sociocultural. Os autores defendem a ideia de letramento ideológico que são justamente as experiências que cada indivíduo tem com a língua escrita a partir de experiências sociais e/ou culturais.

No bojo das reflexões da leitura e da escrita como uma prática social discursiva e de direito, Freire (2011, p. 29) nos diz que o mais importante em se desenvolver a leitura é não só levar as pessoas a ler e a escrever, mas a pensar sobre a política, a economia, o meio ambiente e o desenvolvimento do seu país. A isso ele chama de leitura de mundo.

As ideias de Street (2010), Kleiman (2008), Freire (2011) levam em consideração que a aprendizagem da leitura e escrita pode se dar em outros contextos e com metodologias variadas, a depender do universo das pessoas a quem se está dirigindo. Dentro dessa visão, grupos geralmente marginalizados e excluídos do processo formal de aprender a ler e a escrever, que acontece na escola, estariam sendo considerados tão capazes de produzir saberes e conhecimentos como os demais. Além disso, ao não se proporcionar o acesso à leitura e escrita desses grupos, estaríamos negando um direito universal aos mesmos.

Um desses grupos de minorias socialmente excluídas é a comunidade surda. Esse grupo corresponde a ajuntamentos de pessoas surdas e também não surdas, mas que convivem com os mesmos e partilham seus ideais, sua língua, valores e modo de ver o mundo. Grande tem sido a luta das comunidades surdas brasileiras a fim de ter reconhecido seu direito à diversidade. Na última década, a comunidade surda do Brasil teve importantes conquistas no âmbito legal (como a Lei que garante o uso da LIBRAS como Língua materna e o direito a intérpretes nas aulas), porém tem havido entraves na efetivação das Leis para que, de fato, as comunidades e seus integrantes possam usufruir



as mesmas.

Segundo Sacks (2010), quanto mais cedo se der o contato da criança surda com a língua de sinais, mais fácil será para a mesma aprender a ler e escrever: “assim que a comunicação por sinais for aprendida, tudo então pode decorrer: livre intercuro de pensamento, livre fluxo de informações, aprendizado da leitura e escrita e, talvez, da fala.”.No entanto, para grande parte dos indivíduos surdos, o contato com outros iguais acontece muito tarde, pois a maioria nasce no seio de famílias ouvintes, que têm grande dificuldade em aceitar a diferença do filho, em relação às crianças ouvintes.

Para as pessoas surdas, muitas vezes, o primeiro contato com outros surdos ocorre na escola. A escola tem papel de extrema importância na formação da identidade. Ela proporciona as principais experiências de autoafirmação do sujeito, nas várias e constantes formas de exercitar o poder na sociedade. É neste jogo de poderes entre culturas, que a escola pode atuar como agente mediador de transformação, quando, através das diferenças existentes no seu meio oportuniza a convivência saudável entre culturas, promovendo a integração multicultural, oportunizando aos estudantes a familiarização com diferentes formas de interpretação, de referenciais, e perspectivas. (SÁ, 2006).

Dentro desta perspectiva, para que se efetive a aprendizagem da leitura e da escrita pelos surdos no ambiente escolar, isto é, para que a escola preste a essa parte da sua população, usualmente alijada em seus direitos, um serviço que atenda suas demandas, é necessário abandonar as teorias elitistas de letramento e educação, e passar a buscar formas de aproximar a LIBRAS e a Língua Portuguesa, enquanto línguas com as quais o surdo convive em seu cotidiano, sendo a primeira sua língua materna e respeitada como tal, e a segunda a língua escrita usada em seu país de nascimento, da qual se faz necessária a apropriação a fim de melhor interagir, fazer-se ouvir, ter acesso a informações, enfim, exercer melhor sua cidadania.

## RELATO DE EXPERIÊNCIA

A experiência aqui relatada vem acontecendo desde 2007, no Colégio Estadual Ruy Barbosa, situado na cidade de Salvador, Bahia.

Percebemos que os alunos surdos copiavam o que estava no quadro, mas sempre que havia uma avaliação escrita, eles precisavam do auxílio dos especialistas para traduzir as provas. Tomamos conhecimento de que essa prática se devia ao fato de os alunos



surdos não saberem ler ou escrever em Língua Portuguesa, ou seja, eram meros copistas. Esses estudantes não podiam sequer, de maneira autônoma, solicitar um documento na secretaria, porque ninguém que lá trabalhava compreendia ou sabia se comunicar em LIBRAS.

Outro agravante da situação era a relação entre os professores e alunos surdos. Os docentes relatavam que, quando a escola passou a ser inclusiva, eles receberam um curso intensivo sobre surdez e LIBRAS, com duração de 40 h. e, com isso, passaram a atender esses alunos, juntamente com os alunos ouvintes. Claramente, o referido curso não os capacitou para comunicarem-se em Língua de Sinais, muito menos para lidar com questões de aprendizagem de estudantes surdos, numa sala de aula tão heterogênea. A maior parte dos professores demonstrava, ao falar sobre ministrar aulas para discentes surdos, uma grande insatisfação, gerada pela frustração de não conseguir alcançar êxito nessa tarefa.

Por outro lado, os alunos surdos se queixavam de não conseguirem aprender, pois os professores não se preocupavam com eles em sala de aula; não utilizavam imagens nem outros recursos acessíveis aos alunos surdos, para facilitar a aprendizagem de determinados conteúdos; não adaptavam material, entre outras queixas. Então, somente os estudantes ouvintes tinham acesso ao conteúdo das aulas.

Buscamos informações junto aos especialistas da Sala de Recursos Multifuncional do estabelecimento. Eles nos passaram informações de como ministrar aulas para discentes surdos de forma que facilitasse o aprendizado dessa clientela. De posse dessas informações preliminares, buscamos nos aprofundar nos estudos sobre surdez. Requisitamos intérpretes para todas as salas de aula do estabelecimento. Com o apoio dos especialistas da sala de recursos multifuncionais, oferecemos um curso de Português escrito para os estudantes surdos, e um curso básico de LIBRAS para a comunidade escolar. Conseguimos instalar sinais luminosos nas salas de aulas em que estudam alunos surdos, para que eles possam acompanhar a mudança de horários de aula e, aos poucos, estamos habituando os professores a passarem todo material escrito para ser adaptado para os alunos surdos.

## CONCLUSÃO

Com essas medidas, aos poucos podemos perceber uma acentuada mudança na



visão que toda a comunidade escolar tem hoje do aluno, de modo que, de alunos invisíveis, ou alunos incômodos, os eles passaram a ser considerados participativos, colaborativos e proativos na escola.

A mudança mais significativa se deu na relação entre professor e aluno surdo, pois os professores passaram a compreender melhor as necessidades desses alunos e a cultivar formas alternativas para ministrarem suas aulas. Com a chegada dos intérpretes, os surdos começaram a ter poder de expressão, o que possibilitou a realização de debates e seminários, que nos revelou grandes potenciais dos estudantes surdos, o que antes não era percebido pelos outros integrantes da comunidade escolar. Tudo isso tem oportunizado explorar uma gama muito vasta de conhecimentos, desde investigação científica até textos literários.

Ainda existem muitos desafios a enfrentar. Estamos longe ainda da inserção do estudante surdo no mundo da Língua Portuguesa escrita. Um mundo multicultural, que acolha toda e qualquer diversidade ainda está distante de existir. Mas precisamos continuar a refletir sobre como podemos torná-lo realidade.

## REFERÊNCIAS

ANDRÊ, M.E.D.A. **Etnografia da Prática Escolar**. Ed.12 Campinas-SP, 2006.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Ed. 13. São Paulo: Ed. Hucitec, 2009.

BRAGA, C.M.L. **A etnometodologia como recurso metodológico na análise sociológica**. Ci. Cult., v.40, n.10, p.957-66, out., 1988.

BRASIL, Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**/Secretaria da Educação Fundamental. – Brasília: 2001.

GESSER, A. **LIBRAS? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo, Parábola Editorial, 2009.

KLEIMAN, A.B. **Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna**. Sta. Cruz do Sul, Signo, 2007.

MEC/SEESP. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.



Resolução CNE/CEB n.2 de 11 de setembro de 2001. Disponível em <http://www.mec.gov.br/seesp/diretrizes1.shtm>. Último acesso em 02 de agosto de 2016.

**MEC/SEESP.** Legislação específica. Lei da acessibilidade (10.098/94) e Lei de Libras (lei 10.436). Disponível em <http://www.mec.gov.br/seesp/legislação.shtm>. Último acesso em 06 de agosto de 2016.

MOURA, M. C. de. **O surdo – caminhos para uma nova identidade.** São Paulo: Revinter, 1999.

PERLIN, G., MIRANDA, W. **Surdos:** o narrar e a política. Revista Ponto de Vista, no. 05, p. 217-226. 2003. NUP. Florianópolis. Disponível em [www.perspectiva.ufsc.br/pontodevista\\_05/12\\_tendencia.pdf](http://www.perspectiva.ufsc.br/pontodevista_05/12_tendencia.pdf). Último acesso em 06 de

ORLANDI, E. P. **Língua e conhecimento linguístico:** para uma história das ideias no Brasil. 2 ed.-São Paulo: Cortez, 2013

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/CCIVIL.** Subchefia para assuntos jurídicos. Decreto no. 5626/2005. Disponível em [http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato agosto de 2016. 2004-2006/2005/decreto/D.5626.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato agosto de 2016. 2004-2006/2005/decreto/D.5626.htm). Último acesso em 06 de agosto de 2014.

SÁ, N. R. L. de. **Cultura, poder e educação de surdos.** São Paulo: Paulinas, 2006.

SILVA, L.F. **Formação de professoras:** aprendendo e ensinando a ler e escrever. 2012. 161 f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

STREET, B.V. **Social Literacies.** Critical approaches to literacy in development, Ethnography and Education. Harlow, Pearson, 1995